

LEONARDO RANGEL

PREVIDÊNCIA SOCIAL NA AMÉRICA
LATINA

Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea. Doutorando em Políticas
Públicas PPED-UFRJ.

PREVIDÊNCIA SOCIAL NA AMÉRICA LATINA

LEONARDO RANGEL

1. APRESENTAÇÃO

Os sistemas de previdência são peças fundamentais dentro dos programas de seguridade social oferecidos por diversos países. Um elemento comum dentro dos mais variados desenhos de sistemas previdenciários é que seu objetivo é proporcionar um seguro público contra algumas contingências da vida, tais como doenças, invalidez e morte.

Neste relatório, são apresentados, primeiramente, indicadores demográficos que mostram a pressão sobre os sistemas previdenciários que os países da América Latina já percebem e sentirão cada vez mais no futuro. Em seguida, são apresentadas questões relativas às reformas da década de 1990. Na seção 4, são apresentados os impactos da crise financeira de 2008 nos sistemas privatizados, o tema da seção anterior. A seção 5 apresenta dados da cobertura previdenciária da população economicamente ativa (PEA) e dos idosos. Ainda nessa seção, são apresentados dados da cobertura de idosos por meio de sistemas previdenciários não contributivos, que foram criados com o objetivo de reduzir a subcobertura de idosos em vários países. A sexta e última seção tece as considerações finais do relatório.

2. O PAPEL DA DEMOGRAFIA

No tocante aos sistemas de previdência, um dos principais desafios a ser enfrentado se relaciona às tendências demográficas, principalmente a queda da natalidade, diminuição da taxa de mortalidade (ainda que mais lenta que a da natalidade) e o conseqüente envelhecimento populacional.

O interessante da demografia é que quando um país obtém avanços nas condições de vida da população, sua resposta passa a representar certa pressão nos sistemas de aposentadorias.

Pode se observar que as projeções apontam para forte elevação na idade mediana para todos os países da seleção. Brasil e Chile terão a maior idade mediana na projeção para 2050, enquanto Bolívia e Venezuela serão os países com menor idade mediana da população (Tabela 1).

O crescimento da idade mediana da população se reflete na elevação de um dos principais indicadores da demografia que interessa aos estudiosos da questão previdenciária, o percentual da população com 60 ou mais anos de idade. Os dados mostram que, à exceção de Argentina e Uruguai, que em 2000 apresentavam elevado percentual de idosos na população, todos os demais países vão ter mais do que o dobro de percentual de idosos em sua população. As projeções apontam para valores ao redor de 30% no Brasil e Chile, os maiores percentuais nas projeções para 2050 (Tabela 2).

Outro indicador demográfico bastante importante para a o estudo da temática da previdência social é a razão de dependência. De acordo com os dados da Tabela 3, todos os países da seleção apresentaram queda nesse indicador entre 2000 e 2010. Quando isso acontece, é comum afirmar que o país passa pelo chamado bônus demográfico¹. Entretanto, a tendência na maioria dos países para 2050 é de elevação na razão de dependência. As projeções mostram que Chile (81,7), Brasil (79,7) e Uruguai (78,4) terão os maiores indicadores em 2050, ao passo que Bolívia (58,7), Paraguai (61,8) e El Salvador (64,7) terão os menores.

A razão de dependência representa um dos melhores indicadores quando se trata da questão da pressão demográfica sobre as políticas previdenciárias. À medida que cresce o número de inativos frente à população em idade ativa, maior a pressão sobre o sistema. Nos países da América Latina, a questão é ainda mais delicada, pois há grandes contingentes de trabalhadores que não estão em ocupações formais, não são contribuintes do sistema previdenciário. O fator demográfico e a conjuntura do mercado de trabalho foram os principais elementos responsáveis pelo movimento

1 O bônus demográfico ocorre quando a maior parte da população se encontra em idade ativa.

reformista que atingiu os sistemas previdenciários na América Latina na década de 1990, o que será tema da próxima seção.

3. CRISE E REFORMAS

As tendências da demografia, sem dúvida, foram fator de pressão na estabilidade financeira dos sistemas de previdência em diversos países. Especificamente na América Latina, as regras de concessão e cálculo do benefício em diversos países representaram outro elemento de pressão na elevação do gasto previdenciário. Mas há que se destacar a grave crise econômica enfrentada por esses países na década de 1980, que custou milhões de empregos e criou mais dificuldades no financiamento das políticas previdenciárias.

A conjunção entre crise no mercado de trabalho, regras algumas vezes benevolentes e envelhecimento da população gerou uma grave crise nos sistemas previdenciários dos países latino-americanos nas décadas de 1980 e 1990. Essa crise desencadeou uma série de reformas nos sistemas de previdência de diversos países dessa região, tanto paramétricas como estruturais².

Como pode ser visto na Tabela 4, do grupo de 12 países selecionados, oito realizaram privatizações totais ou parciais em seus sistemas de previdência. Em nenhuma região do globo, exceção feita aos países do Leste Europeu, houve tantas reformas estruturais nos sistemas de pensões. Convém destacar que os países que não reformaram estruturalmente seus sistemas colocaram em prática uma série de mudanças estruturais. Todos alteraram seus sistemas previdenciários nos últimos 20 anos.

É possível mencionar as principais vantagens apregoadas a um sistema de previdência de capitalização com contas individuais: maior transparência; maior incentivo aos trabalhadores para acumulação de recursos

2 Reformas paramétricas são aquelas que alteram parâmetros de aposentadoria, como idade, tempo de contribuição, cálculo do valor dos benefícios. Por sua vez, reformas estruturais são aquelas que alteram o regime de repartição para o regime de capitalização com contas individuais, também conhecida como privatização (parcial ou total) dos sistemas de previdência. Pode acontecer de um país alterar seu sistema de capitalização para o de repartição, o que também é uma reforma estrutural.

em suas contas individuais; e redução da influência do fator demográfico sobre a sustentabilidade do sistema. Há também alguns pontos positivos relacionados a variáveis macroeconômicas, como a maior disponibilidade de recursos (devido à poupança individual), que podem ser direcionados para a atividade produtiva.

No lado das desvantagens, a principal é que se perde o elemento distributivo do sistema de previdência quando ele passa de repartição para capitalização, uma vez que agora os indivíduos receberam o valor acumulado de suas contribuições e rendimentos financeiros, descontados todos os custos. A principal desvantagem relacionada ao sistema de capitalização são os altos custos que enfrenta. Mesmo em um sistema maduro como o do Chile, cuja reforma ocorreu em 1981, ainda se debate os altos custos das administradoras dos fundos de pensão. A consequência de altos custos será sentida quando o trabalhador se aposentar e obtiver aposentadoria com valor bem aquém do que esperava, devido justamente a esses custos.

Pode-se resumir, então, que os sistemas de previdência baseados em capitalização com contas individuais trocam o risco demográfico pelo risco de mercado. O envelhecimento da população e a elevação da razão de dependência não representam mais riscos diretos à sustentabilidade de longo prazo do sistema. No entanto, como os recursos poupados são investidos em ativos financeiros, se esses ativos se desvalorizam, o sistema vai mal e não consegue repor a renda dos seus filiados a contento. Modelos na área das finanças mostram que é possível mitigar o risco de um investimento ao diversificar corretamente a carteira de recursos. O problema surge quando se busca essa carteira correta e, principalmente, quando o mercado como um todo entra em crise. A seção seguinte deste relatório mostra alguns dos impactos da crise financeira de 2008 nos sistemas de previdência dos países da América Latina que realizaram reformas estruturais.

4. IMPACTOS DA CRISE FINANCEIRA DE 2008 NOS SISTEMAS PREVIDENCIÁRIOS PRIVATIZADOS

Ao se observar a taxa real de rendimento dos países que privatizaram seus sistemas de previdência, é possível entender o impacto negativo representado pela crise, especialmente no ano de 2008 (Gráfico 1).

Como pode ser observado, o impacto da crise financeira nos sistemas de previdência privatizados em países selecionados na América Latina foi heterogêneo. Na Bolívia, a rentabilidade foi negativa em 1,9% – a menor observada –, e, no Peru, foi negativa em 26,7% – a maior queda observada.

Para entender melhor o impacto da crise na rentabilidade apurada no ano de 2008, é necessário olhar para outros resultados anuais, para se ter uma espécie de filme dos resultados dos sistemas privatizados. A Tabela 5 apresenta a rentabilidade acumulada de 2002 a 2009. Seus dados mostram que, por um lado, a crise de 2008 fez o resultado acumulado ao final desse ano retroceder para níveis observados em 2004 no Uruguai, 2005 na Bolívia e no Chile e 2006 nos demais países selecionados. Por outro lado, o forte retorno real observado em 2009 serviu para recuperar as perdas do ano anterior na Bolívia, em El Salvador e no México, mas foi insuficiente para tal nos outros países.

Uma das principais ilações que se pode fazer sobre os resultados acumulados apresentados é que o trabalhador que se programou para se aposentar ao longo de 2008 ou o fez com benefício bastante inferior ao esperado ou teve que adiar seus planos de saída do mercado de trabalho. Para os que já estavam aposentados, o resultado de 2008 significou grande queda em seu patrimônio acumulado, o que pode resultar em benefícios inferiores no futuro próximo.

O resultado fortemente negativo de 2008 gerou perdas nos patrimônios acumulados por trabalhadores e aposentados nos países que em algum grau privatizaram sua previdência social. Mas aqui cabe uma interessante ressalva: está-se tratando o tempo todo de trabalhadores filia-dos ao regime de previdência ou aposentados, isto é, sempre se referiu aos trabalhadores cobertos pelo seu sistema de previdência. Sabe-se que nos países da América Latina há um grande problema de subcobertura da

população trabalhadora. Em muitos países, mais da metade da população economicamente ativa encontra-se desprotegida em termos previdenciários. Esse é justamente o assunto da seção seguinte.

5. COBERTURA PREVIDENCIÁRIA (CONTRIBUTIVA E NÃO CONTRIBUTIVA)

A cobertura dos programas previdenciários contributivos mostra o percentual da população economicamente ativa (PEA) que contribui para o sistema em relação à PEA total. Sua medição faz-se importante, entre outros motivos, por ser um indicador de quanto da PEA terá direito ao benefício previdenciário contributivo e qual será o potencial público demandante de benefícios não contributivos (ou assistenciais) no futuro. O que se mostra totalmente pertinente, dado que uma das funções de um sistema de previdência é evitar que os indivíduos incorram no risco de pobreza quando em idade avançada.

Observa-se na Tabela 6 que o grupo de países formado por Brasil, Chile e Uruguai tem a maior cobertura da PEA. Esses países apresentaram, no último ano disponível, cobertura de mais da metade da PEA. No extremo oposto, encontram-se El Salvador, Paraguai e Peru, com menos de 30% da PEA coberta.

Ao se comparar os dados do início da década com os do final, é possível observar que todos os países, exceto El Salvador, perceberam melhora na cobertura da PEA (Gráfico 2). Os dados mostram forte crescimento na cobertura do Chile. Em termos absolutos, a última medição registrou mais de 15 pontos percentuais com relação à medição mais antiga. Em termos percentuais, o Peru apresentou a maior elevação (35%), ao passar de 13,7% para 18,5% de cobertura. Ainda assim, um valor muito baixo.

É importante também medir a cobertura previdenciária da população idosa³, pois esse grupo etário geralmente possui baixa taxa de participação no mercado laboral e, com isso, sua principal fonte de renda deixa

3 A cobertura previdenciária da população idosa é definida aqui como o número de pessoas com 65 anos ou mais que recebem benefícios previdenciários (contributivos ou não) em relação a todos com 65 anos ou mais de idade.

de ser a do trabalho. Quanto maior a cobertura, menor o número de idosos na pobreza.

A Argentina observou a maior elevação em termos absolutos da cobertura da população idosa durante a década (Gráfico 3). Vale lembrar que em 2008 o governo daquele país decidiu reestatizar seu sistema previdenciário, e também foram aprovadas leis com incentivos claros à elevação da cobertura previdenciária tanto dos trabalhadores como da população idosa. No tocante aos idosos, em linhas gerais, foi facilitado o acesso aos benefícios previdenciários, mediante contribuição descontada dos benefícios a serem recebidos para aqueles a quem faltava determinado tempo de contribuição para se ter direito à aposentadoria.

Ainda de acordo com o Gráfico 3, com exceção de Argentina, Brasil e Uruguai, todos os demais países da seleção apresentam baixa cobertura previdenciária de idosos. Tal fato pode significar alta incidência de pobreza na população idosa. Uma forma de se mitigar esse risco é a introdução de benefícios não contributivos para idosos.

Os países da América Latina passaram a implementar sistemas de previdência não contributivos principalmente a partir da década de 1990. Foi um movimento de reconhecimento de que a baixa filiação previdenciária da população ativa gera um contingente de idosos sem condições de trabalhar e sem qualquer tipo de proteção previdenciária do sistema contributivo. Assim, os benefícios não contributivos funcionam como um mecanismo de combate à pobreza entre os mais velhos, principalmente entre aqueles que não têm aposentadoria do sistema contributivo. A Tabela 5 apresenta os países com programas não contributivos, instrumento de seleção e a idade mínima para se acessar os benefícios.

Como pode ser visto na Tabela 7, apenas a Bolívia apresenta programa de previdência não contributiva universal. Nos demais países, é preciso atender a critérios de renda e, em alguns, enquadrar-se em determinadas categorias a partir de respostas a questionários socioeconômicos. A vantagem dos programas universais é que eles atendem a todos a partir de determinada idade, porém seu custo fiscal tende a ser mais alto. Por isso, esse tipo de solução não é muito comum.

A elevação da cobertura previdenciária da PEA, um dos principais resultados esperados com a privatização dos sistemas previdenciários, não

foi alcançada. Pelo contrário, na maioria dos países, a cobertura reduziu, resultando em baixa cobertura entre os idosos. São esses idosos descobertos justamente o público que os programas não contributivos tentam alcançar. Ressalte-se que, mesmo em países que não privatizaram sua previdência (Brasil é o maior exemplo), os programas não contributivos foram estabelecidos ou ampliados também para dar cobertura aos desprotegidos pelo sistema previdenciário contributivo.

A Tabela 8 apresenta a cobertura dos programas previdenciários não contributivos nos países selecionados no último ano com dados disponíveis. Os maiores programas são os do Brasil e México. Destacam-se também pelo tamanho os programas do Chile e da Argentina.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sistemas de previdência são elementos fundamentais nos programas de seguridade social oferecidos em diversos países. Uma de suas principais funções é proporcionar um seguro público contra algumas contingências, tais como doença, invalidez, morte e velhice. Adicionalmente, dado que, com o avanço da idade, os indivíduos vão perdendo a aptidão laborativa e, com isso, a capacidade de gerar renda por meio do trabalho, os sistemas previdenciários também têm o papel de combate à pobreza na velhice.

Para se entender a situação presente e os desafios futuros dos sistemas previdenciários nos países da América Latina, é particularmente importante retomar, ainda que resumidamente, o processo de crise e reformas durante a década de 1990. É fato que grande parte dos países latino-americanos vem observando as consequências demográficas da melhora de vida de suas populações. E essas consequências demográficas representam pressões nos sistemas de previdência social. Entretanto, é preciso qualificar essa argumentação, uma vez que, se, em países europeus de população madura, a demografia é um dos principais elementos de pressão nos sistemas de aposentadoria, nos países da América Latina não se pode afirmar o mesmo.

A cobertura previdenciária é historicamente mais baixa nos países da América Latina em relação à dos países europeus. Assim, o mercado de

trabalho torna-se outro elemento de pressão sobre os sistemas previdenciários nos países latino-americanos, pois recorrentemente há problemas de insuficiência de financiamento devido ao desemprego e à informalidade.

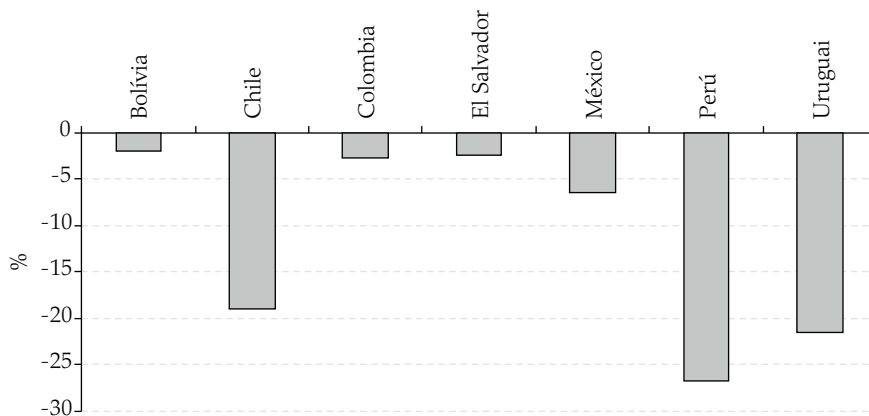
A conjunção dos fatores demográficos e, principalmente, a alteração estrutural nos mercados de trabalho nas décadas de 1980 e 1990 desembocaram na série de reformas dos sistemas de aposentadorias nos países da América Latina. A solução mais drástica foi a privatização do sistema chileno em 1981, portanto, bem antes de se iniciarem debates para reformas mais profundas nos demais países. Durante a década 1990, vários países latino-americanos, com o auxílio de organismos como o Banco Mundial e o FMI, reformaram seus sistemas à chilena. Em realidade, mesmo os que não adotaram reformas estruturais fizeram as chamadas reformas paramétricas. Ou seja, todos os países alteraram seus sistemas de pensões.

Um importante ponto de discussão que perpassa todo o debate de reformas estruturais *versus* paramétricas diz respeito às funções de um sistema de previdência. Se apenas quem contribuiu vai receber benefícios, e se esses serão estreitamente ligados ao total de contribuições ao longo da vida laboral, privilegia-se a função de reposição de renda em detrimento das funções distributivas e, principalmente, do combate à pobreza. Então, para o caso dos países da América Latina, em que se privilegiou a função de reposição de renda em um cenário com taxa de participação previdenciária da PEA historicamente baixa, o resultado foi um grande contingente de idosos sem cobertura previdenciária, o que resulta, potencialmente, em elevação do risco de se tornar pobre na velhice.

Para enfrentar o problema do *gap* de cobertura previdenciária, vários países adotaram sistemas previdenciários não contributivos. Alguns bem amplos, como Brasil e México, outros ainda incipientes, como o Peru. Busca-se, com esses benefícios, uma forma de transferir renda para os idosos e reduzir seu risco de entrar na pobreza.

Apesar de diversas reformas feitas, os desafios presentes e futuros ainda estão à mesa. Garantir a renda da população na fase da vida em que obter renda do trabalho não é mais possível torna-se cada vez mais imperioso. O desafio é cumprir esse papel mantendo a sustentabilidade de longo prazo e sem esquecer que há grandes contingentes de trabalhadores que precisam ser incluídos nos sistemas previdenciários.

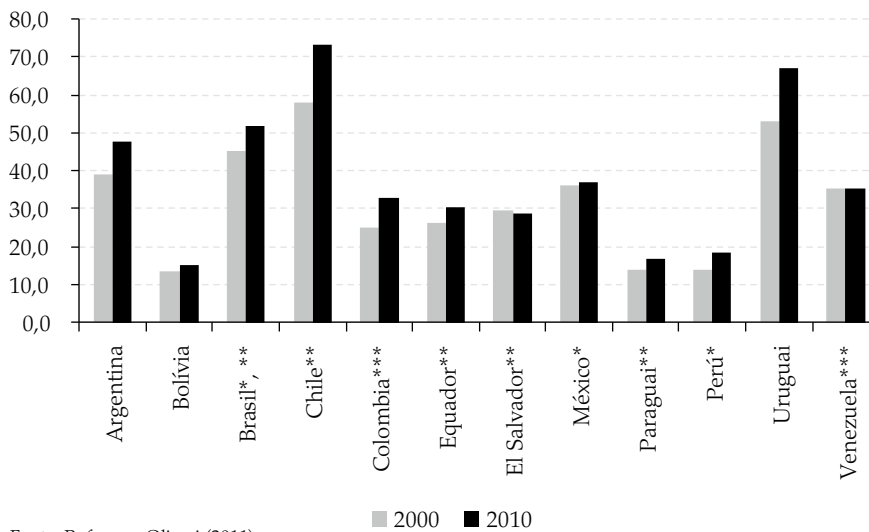
Gráfico 1. Taxas reais de rendimento bruto em países selecionados – jan/dez 2008



Fonte: AIOS 2008.

Nota: A rentabilidade bruta não considera o efeito das taxas administrativas cobradas.

Gráfico 2. Cobertura previdenciária da PEA em países selecionados – 2000/2010



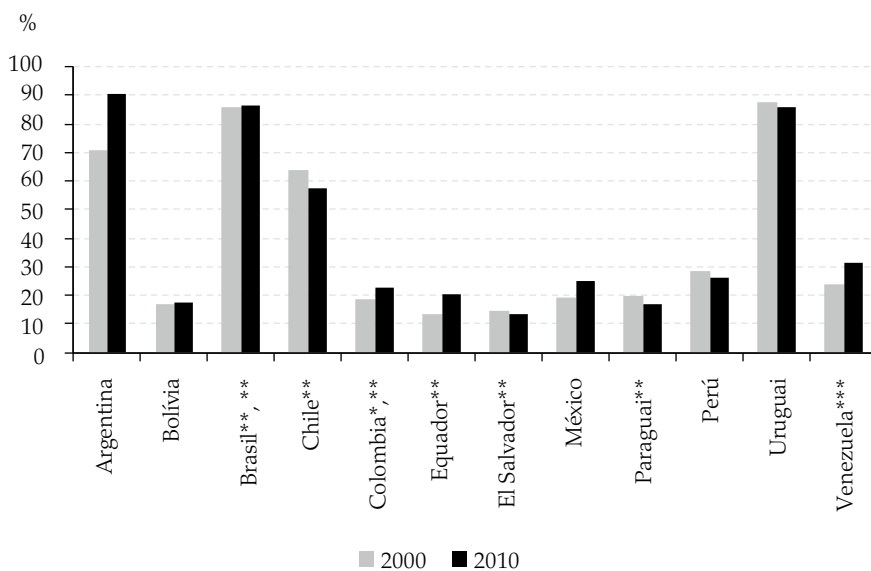
Fonte: Rofman e Oliveri (2011).

* Dados de 2001.

** Dados de 2009.

*** Dados de 2006.

Gráfico 3. Cobertura previdenciária da população idosa em países selecionados – 2000/2010



Fonte: Rofman e Oliveri (2011).

* Dados de 2001, pois os de 2000 não estão disponíveis.

** Dados de 2009, pois são os últimos disponíveis.

*** Dados de 2006, pois são os últimos disponíveis.

Dados de 2007, pois são os últimos disponíveis.

Tabela 1. Idade mediana em países selecionados – observações e projeções

	2000	2010	2020	2030	2040	2050
Argentina	27,9	30,4	32,9	35,6	38,2	40,6
Bolívia	20,0	21,7	24,6	28,3	32,3	36,3
Brasil	25,3	29,0	33,5	37,7	41,5	45,2
Chile	28,7	32,1	35,5	39,5	43,2	45,6
Colômbia	23,8	26,8	29,8	32,9	35,7	38,3
Equador	22,6	25,6	29,0	32,7	36,6	40,4
El Salvador	20,7	23,2	27,0	31,6	35,9	39,7
México	23,4	27,4	31,4	35,8	40,1	43,8
Paraguai	20,4	23,1	26,2	29,8	33,5	37,4
Peru	22,9	25,6	28,8	32,4	36,0	39,3
Uruguai	31,6	33,8	35,6	37,9	40,6	42,9
Venezuela	23,3	26,1	29,3	32,5	35,6	38,6

Fonte: Celade-Cepal. Revisão 2011.

Tabela 2. Percentual da população com 60 anos ou mais em países selecionados – observações e projeções

	2000	2010	2020	2030	2040	2050
Argentina	13,6	14,6	16,4	18,3	21,8	25,3
Bolívia	6,4	7,1	8,7	10,8	13,9	17,7
Brasil	8,1	10,2	14,0	18,9	24,0	29,5
Chile	10,2	13,1	17,6	23,0	26,5	30,6
Colômbia	6,9	8,6	12,0	16,2	19,6	22,9
Equador	7,4	9,0	11,9	15,4	19,7	24,5
El Salvador	8,0	9,4	10,8	13,3	16,5	21,5
México	7,5	9,2	12,5	17,0	23,2	27,9
Paraguai	6,5	7,7	9,7	12,0	14,7	19,6
Peru	7,2	8,8	11,1	14,5	18,6	22,8
Uruguai	17,4	18,5	20,2	22,3	25,3	27,8
Venezuela	6,7	8,6	11,5	15,1	18,5	22,5

Fonte: Celade-Cepal. Revisão 2011.

Tabela 3. Razão de dependência em países selecionados – observações e projeções

	2000	2010	2020	2030	2040	2050
Argentina	70,9	65,3	64,9	64,1	68,4	74,3
Bolívia	85,6	75,9	65,5	59,0	57,0	58,7
Brasil	60,6	55,3	52,3	57,7	67,0	79,7
Chile	61,3	54,4	59,1	68,0	72,0	81,7
Colômbia	65,8	59,6	60,7	64,9	67,9	72,5
Equador	71,8	64,8	61,2	60,8	64,1	71,1
El Salvador	86,2	70,7	60,8	57,4	56,3	64,7
México	68,2	59,1	55,8	58,1	67,5	77,7
Paraguai	80,8	70,0	63,6	58,4	56,3	61,8
Peru	70,4	63,2	59,2	59,6	63,0	68,5
Uruguai	72,2	69,3	68,8	70,4	74,6	78,4
Venezuela	68,0	61,6	60,6	61,5	63,7	69,2

Fonte: Celade-Cepal. Revisão 2011.

Razão de dependência = (pop. 0-14 + pop. 60 ou mais) / pop. 15-59) * 100

Tabela 4. Reformas estruturais da previdência em países selecionados

	Ano	Estrutural
Argentina	1993	Sim
Bolívia	1997	Sim
Brasil	-	Não
Chile	1981	Sim
Colômbia	1994	Sim
Equador	2001	Não
El Salvador	1998	Sim
México	1998	Sim
Paraguai	-	Não
Peru	1993	Sim
Uruguai	1996	Sim
Venezuela	-	Não

Fonte: Relatório sobre a Seguridade Social na América – 2010.

Tabela 5. Rentabilidade real bruta acumulada em países selecionados – 2002/2009

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Bolívia	100,0	115,5	124,6	131,7	136,3	140,2	136,1	133,5	143,4
Chile	100,0	103,0	113,8	123,9	129,6	150,1	157,6	127,8	143,1
Colômbia	100,0	100,0	100,0	110,4	131,4	134,9	136,1	132,5	155,4
El Salvador	100,0	102,4	107,3	109,8	111,4	112,8	114,3	111,7	116,1
México	100,0	104,7	111,2	116,2	125,5	136,4	139,8	130,7	148,4
Perú	100,0	111,2	134,8	142,3	168,5	213,7	256,8	188,2	210,2
Uruguai	100,0	140,6	179,4	191,2	200,0	219,0	220,1	172,8	199,9

Fonte: Elaboração própria com base em dados da AIOS.

Nota: 2001 = 100.

Tabela 6. Cobertura previdenciária da PEA em países selecionados – 2000 a 2010

	(%)										
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Argentina	39,0	36,9	34,1	33,4	35,2	37,8	41,0	45,1	45,7	45,7	47,5
Bolívia	13,4	13,0	10,7	-	11,5	12,5	13,8	15,0	-	-	-
Brasil	-	45,1	44,7	45,3	45,8	46,4	47,9	49,6	51,2	52,0	-
Chile	58,1	-	-	58,7	-	-	62,9	-	-	73,1	-
Colômbia	-	25,2	30,6	25,2	-	27,2	28,3	31,5	32,3	32,7	-
Equador	26,3	26,6	-	26,1	26,3	26,3	25,6	26,4	27,6	30,4	-
El Salvador	29,7	29,7	29,8	29,8	28,8	29,1	30,1	29,9	30,9	28,6	-
México	36,1	-	34,8	-	36,0	35,4	35,9	-	39,0	-	37,0
Paraguai	13,9	-	12,9	13,0	11,6	15,0	12,8	16,2	16,9	16,9	-
Peru	-	13,7	13,9	14,8	14,7	12,4	14,0	16,0	16,8	18,3	18,5
Uruguai	52,9	52,6	51,8	50,0	51,4	56,6	61,1	62,5	65,5	65,9	66,8
Venezuela	35,1	35,5	32,4	30,2	31,9	32,6	35,3	-	-	-	-

Fonte: Rofman e Oliveri (2011).

Tabela 7. Previdência não contributiva em países selecionados

Países	Instrumento de seleção	Idade
Argentina	Teste de meios (renda pessoal) ou dispensa legal	70
Bolívia	Universal	
	Bonosol (descontinuado)	65
	Renta Dignidad	60
Brasil (rural)	Tempo de trabalho em regime de economia familiar	55a/60a M/H
Brasil (urbano)	Teste de meios (renda domiciliar per capita <1/4 do SM)	65
Chile	Teste de meios (baseado na renda e nas respostas a um questionário)	65
Colômbia	Teste de meios (renda familiar per capita) e residir por 10 anos no país	52a/57a M/H
Equador	Teste de meios (renda familiar per capita)	65
México	Viver em comunidades rurais de até 30 mil moradores e respostas ao Questionário Único de Informações Socioeconômicas	70
Peru	Teste de meios (renda domiciliar per capita) e respostas a um questionário socioeconômico	65
Uruguai	Teste de meios (renda familiar)	70

Fontes: Barrientos (2006) e Cepal.

Tabela 8. Cobertura da previdência não contributiva em países selecionados

Países	Cobertura (pessoas)	Ano
Argentina	1.085.973	2011
Bolívia	899.246	2011
Brasil (rural)	8.460.400	2011
Brasil (urbano)	1.747.366	2011
Chile	1.085.973	2011
Colômbia	593.448	2010
Equador	532.479	2011
México	2.032.467	2011
Peru	3.785	2011
Uruguai	82.890	2010

Fonte: Cepal.

